
HISTÓRIA DAS IDEIAS E DISCURSO: APONTAMENTOS SOBRE RENATO KEHL E JOSÉ ENRIQUE RODÓ

HISTORY OF IDEAS AND DISCOURSE: NOTES ABOUT RENATO KEHL AND JOSÉ ENRIQUE RODÓ

Jóice Anne Alves Carvalho
Mestranda em História - UFSM
joicec.anne@gmail.com

Renata Baldin Maciel
Mestranda em História – UFSM
renatabmaciel@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho é resultado de pesquisas financiadas pela FAPERGS/CAPES, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSM e ao projeto de pesquisa “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. O objetivo desse artigo é realizar alguns apontamentos sobre a utilização da História das Ideias e das possibilidades oferecidas por algumas categorias-chaves na interpretação de discursos, partindo do exemplo dos significados atribuídos à realidade por Renato Kehl, autor que realizou expressivas contribuições na constituição das teses eugênicas brasileiras nas primeiras décadas do século XX e pelo uruguaio José Enrique Rodó, figura que obteve grande destaque no cenário intelectual latino-americano com sua obra *Ariel* (1900). Entre os elementos que envolvem esse tipo de análise, vale ressaltar a necessidade de se evitar valores de verdade e a subordinação das ideias ao nível sociológico, ou seja, de apresentá-las como mero resultado da política, da economia e da cultura do período de produção. Isso não significa negar a importância do contexto histórico, mas de buscá-lo a partir da própria perspectiva do autor, dos subsídios que sua obra pode nos oferecer.

PALAVRAS CHAVE: História das Ideias. Discurso. Intelectuais.

ABSTRACT: This work is the result of researches funded by FAPERGS/CAPES, linked to the Graduate Program in History of UFSM and to projects of search “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural” coordinated by Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. The aim of this paper is to perform some notation about the use of History of Ideas and the possibilities offered by some key categories in the interpretation of speeches, from the example of the meanings ascribed to reality by Renato Kehl author who made significant contributions to the establishment of theses Brazilian eugenics in the early decades of the twentieth century and the uruguayan José Enrique Rodó, most prominent figure in Latin American intellectual scene due to his work called *Ariel* (1900). Among the elements that involves this type of analysis, it is worth emphasizing the need to avoid values of truth and subordination of ideas to the sociological level, to present them just like merely the result of politics, economy and culture of the production period. This is not to deny the importance of the historical context, but get it from the author's own perspective, the subsidies his work can offer us.

KEYWORDS: History of Ideas. Discourse. Intellectuals.

História das Ideias e Intelectuais

O historiador das ideias tenta compreender a consciência de uma determinada época produzida pela sua sociedade a partir das perspectivas dos intelectuais. Partindo deste pressuposto, a historicidade que nos interessa trabalhar aqui está subordinada ao sentido de realidade atribuído pelos autores no que se refere a cultura, sociedade, economia e política.

Para tanto, compreende-se que “as ideias têm uma irradiação e um desenvolvimento, uma ascendência e uma posteridade próprias, nas quais os homens participam, mas como padrinhos e madrinhas do que pais legítimos” (BAUMER, 1990, p. 17). Vendo assim, a “história das ideias como representante de uma tentativa para estancar esta direção fragmentária, para ver se não seria possível considerar as culturas como totalidades e inter-relacionar as suas partes” (BAUMER, 1990, p. 19). Ainda assim, válidos são os questionamentos do autor sobre o conceito de ideias: “Que se entende precisamente por ideias? Pertencem estas ideias apenas aos intelectuais?” (BAUMER, 1990, p. 20). O próprio Baumer nos responde, no sentido de compreender o conceito com elasticidade.

O termo ideias, no entanto, é elástico e pode referir-se a quase tudo desde o pensamento de uma pequena elite ao de toda gente. [...] a difusão pode entender-se aqui de duas formas: primeiro, como difusão para além de um departamento do pensamento mesmo um departamento tão vasto como a filosofia; segundo, como difusão para além dos indivíduos, através de grupos e movimentos significativos. [...] está mais interessada sobretudo nas ideias da cultura mais elevada do que da cultura mais baixa. (BAUMER, 1990, p. 21).

Considera-se importante compreender que a História das Ideias não pode ser confundida com a História da Filosofia, pois um dos principais objetivos é a descoberta de certa classe ideias que subjazem a e condicionam o pensamento formal. Desta forma, a História das Ideias, “ainda que necessariamente opere em grande parte dentro da órbita do pensamento racional, também lida com ideias que mais propriamente se podem chamar de crenças ou convicções” (BAUMER, 1990, p. 21). Ao analisar, por exemplo, os discursos racialistas de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX sob a perspectiva da História das Ideias, pode-se dizer que alguns intelectuais se sobressaem aos demais membros da sociedade. Isso não quer dizer que o intuito seja o de realizar uma sociologia dos intelectuais,

mas sim percebê-los como constituintes de uma classe distinta, “uma espécie de classe sem classe”. Mas ainda assim, não desprendida das demais e dos interesses comuns de sua época. Podendo-se assim, compreender os intelectuais como uma espécie de espelho de sua época, “espelho que reflete a experiência de vida de grupos maiores e, por vezes mesmo, de uma sociedade inteira” (BAUMER, 1990, p. 21).

Em suma, tendo o entendimento que História das Ideias não possui um único caminho metodológico, pode-se dizer que o historiador das ideias tenta compreender a consciência de uma determinada época produzida pela sua sociedade a partir das perspectivas dos intelectuais. Desta forma, salienta-se que a proposta desse artigo não se baseia em uma reconstituição fundamentada unicamente em uma “história sociológica” ou uma sociologia dos intelectuais atrelada às instituições, classes ou demarcações sociais. A historicidade que nos interessa trabalhar aqui está subordinada ao sentido de realidade que os intelectuais atribuíram ao quadro político, econômico, social e cultural.

Com o intuito demonstrar alguns exemplos de abordagem de trabalhos da História das Ideias, na sequência desse artigo serão expostas as principais concepções de Renato Kehl e José Enrique Rodó, intelectuais que atualmente são alvos de pesquisas em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Após essa síntese, serão apresentadas algumas categorias-chaves como possibilidades de interpretação para discurso dos referidos intelectuais. Ou seja, nessa segunda etapa pretende-se demonstrar ao leitor caminhos que podem servir de base para a interpretação dos objetos estudados à luz da História das Ideias.

Aproximações nos Discursos de Renato Kehl e José Enrique Rodó

No desenvolver da análise acerca das ideias propostas por Kehl, pode-se afirmar que se trata de um autor significativo na história intelectual brasileira, tendo em vista que seus trabalhos são frequentemente referidos na historiografia nacional, principalmente quando se trata de discussões sobre eugenia, higiene mental, raça e imigração. Entre as décadas de 1910 a 1940, assumiu a propaganda eugênica como uma missão política e intelectual. Entre as principais defesas realizadas pelo autor em suas obras constam definições de eugenia e seus campos de atuação; a prática eugênica como favorecimento dos fatores sociais de tendência

seletiva, assim como, multiplicação de indivíduos aptos à sociedade. Neste sentido, Kehl preocupava-se com a resolução do “problema racial” na superioridade do branco europeu ariano e percebia a mestiçagem como um elemento “perturbador” da formação nacional.

Para Kehl (1929, 1931, 1935), a pretensão da eugenia constituía-se em regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade. Seguindo esse preceito, a biopolítica eugênica visava o domínio da constituição biológica dos indivíduos através do controle de reprodução, o que refletia diretamente sobre os casamentos. Dessa forma, como uma medida preventiva os matrimônios entre os “degenerados” deveriam ser evitados. O vínculo entre as medidas sanitaristas estreitava-se em relação à preocupação de tornar o Brasil uma grande nação. Pode-se afirmar que a articulação entre esses anseios e os projetos de “limpeza” da sociedade foi enfática a tal ponto que no Brasil passou-se a compreender a eugenia como parte do processo higienista, ou seja, foi encarada como uma “higiene biológica e mental”.

Em uma conferência durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), Kehl explicitou os problemas do Brasil e os principais aspectos da eugenia. Na perspectiva do autor, o progresso da humanidade estava ocorrendo de maneira unilateral. Por isso, em seus primeiros momentos de fala, ele destacou a situação de barbárie ocorrida na Europa entre 1914-18, comprovando que:

A educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica. Isto porque o homem continuou escravo de sua natureza particularíssima, indelével e simples influencias morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável – a hereditariedade. (KEHL, 1929, p. 47).

Mesmo não sendo o aspecto mais importante salientado por Renato Kehl, diversas teses apontam para a importância do processo educativo. Kehl defendeu não apenas a necessidade de um melhoramento físico, mas também cultural da população. Neste ponto percebe-se a escravidão como um erro, não por desumanizar os negros, mas por impedir a entrada de imigrantes brancos no país, dificultando o branqueamento da população. Dessa forma, como já estava “impregnada” na sociedade, a raça negra no processo de higienização seria suprimida culturalmente e extinta a partir da mestiçagem eugênica.

José Enrique Rodó foi um intelectual uruguaio nascido em Montevidéu em 1871. Este autor destacou-se como ensaísta, crítico, jornalista, educador e político e conquistou projeção internacional no mundo de língua espanhola após a publicação de *Ariel* (1900). Anteriormente, trabalhou em várias revistas e alternou seu trabalho de escritor com atividades políticas. Ele se tornou um dos principais membros da geração dos 900¹ da literatura uruguaia. Rodó faleceu em 1917, mas deixou como legado o movimento que ficou conhecido como arielismo.

Em relação ao seu discurso pode-se salientar como base dos modelos de civilização a tríade América Latina - Europa - Estados Unidos em disputa. Outro elemento de destaque é sua narrativa ou filosofia da História. Rodó explorou a temática identitária a partir da referida tríade e relatou as situações de ameaça às soberanias nacionais, como, por exemplo, o imperialismo dos Estados Unidos, que ele chamou de *nordomania*, o espírito utilitário e a degeneração da democracia. Ao enaltecer a superioridade espiritual da Europa, ao valorizar a Grécia Antiga como representação da alma jovem ou mesmo ao criticar o modelo civilizacional dos Estados Unidos, Rodó estava definindo o *eu* latino-americano.

A filosofia da História proposta por Rodó identifica-se com o idealismo e com autores que constituíram filosofias da história no século XVIII e XIX. Dessa forma, fazendo um recorte específico, propõem realizar uma abordagem da obra rodoniana que contemple uma aproximação com Hegel. Segundo Reis (2013) na visão hegeliana, “a História mundial é a marcha necessária do espírito universal em busca da liberdade” (REIS, 2013, p.77). Pode-se perceber em Rodó a mesma direção, na medida em que seu programa de ação demonstra a que honra das gerações consiste no esforço de conquistar a liberdade, de buscar a auto conquista, de manter a fé nas manifestações ideais e na evolução das ideias.

O espírito universal descrito por Hegel aparece na filosofia da História de Rodó, relacionado, por exemplo, ao papel da ciência e da democracia. É nesse sentido que a ciência,

¹ Nova promoção de escritores uruguaiois, cronologicamente equivalente a geração de 98 na Espanha. Possui como principal preocupação o destino nacional e da América. Ver: José Enrique Rodó. *Obras Completas*. Introdução, p.67-79. Produção que se insere no contexto do processo de modernização do Uruguai. Geração que produzem uma literatura que visa responder ao novo Uruguai, que surge a partir das primeiras décadas do século XX com o modelo “*bastllista*” (seu projeto defendia a ciência como base de uma conduta racional com base na justiça distributiva e eliminação da pobreza. Ver tese de Elvira Blanco Blanco, “*La creación de un imaginario. La Generación literário del 45 en Uruguay*”, p.21-22.

vista como esclarecedora do princípio democrático pode contribuir para o desenvolvimento do espírito universal.

Para Rodó a juventude representa a grande a força motriz, dotada da paixão que leva à ação, ela é a geração humana que marcha para o futuro, que renova as esperanças. A concretização de seu projeto depende das ações da juventude, da sua vontade de lutar pela liberdade. Segundo Reis (2013), em termos hegelianos o fato de que todos os homens são livres constitui a verdade da História universal. Para que essa verdade seja efetivada é preciso uma revolução a partir da crítica do passado e pela criação de um novo mundo no futuro (REIS, 2013, p.73). Rodó apresenta essa mesma fé em um mundo novo. A crença no futuro, que é uma espécie de instinto nos jovens, deve prevalecer frente ao descontentamento com o presente.

À primeira vista o eugenista Kehl e o americanista Rodó não possuem muitas semelhanças, porém se analisarmos seus discursos em uma perspectiva macro a partir de algumas categorias, proposta, por exemplo, por R. Koselleck, D. LaCapra, J. Pocock ou mesmo por E. Orlandi é plausível perceber inúmeras congruências entre esses intelectuais.

É nesse sentido que é possível afirmar que tanto Rodó como Kehl apresentam modelos de civilização em disputa da identidade latino-americana ou brasileira. A juventude e as novas gerações são outro ponto em comum de seus discursos, pois através delas seria possível conquistar o progresso e concretizar o projeto de civilização construído por eles.

Os demais elementos convergentes nestes dois intelectuais remetem à filosofia da História, ou seja, as suas narrativas do presente, passado e futuro da nação e da América Latina, constituídas no tempo, onde circulam tanto as experiências, quanto as expectativas que foram à identidade nacional e latino-americana.

Categorias-chaves para Analisar os Discursos a partir da História das Ideias

A partir de algumas categorias-chaves foi possível perceber, por exemplo, na obra dos autores citados um discurso constituído pelos modelos de civilização em disputa e a configuração de uma filosofia da História. A seguir serão discutidas algumas dessas categorias com o intuito de demonstrar suas potencialidades nas análises que se vinculam à História das Ideias.

Primeiramente como guia teórico-metodológico para a análise proposta pode-se destacar as noções de espaço de experiência, de horizonte de expectativa, de tempo histórico e de progresso trabalhadas por Reinhart Koselleck (2006). Como possibilidade para interpretar a História, Koselleck construiu duas categorias: espaço de experiência e horizonte de expectativa, que, como categorias históricas, equivalem às de espaço e tempo. Ele definiu a experiência como sendo o passado atual, no qual acontecimentos foram incorporados ou podem ser lembrados. Na experiência encontram-se as elaborações racionais e as formas inconscientes de comportamento, nela, por exemplo, estão contidas as experiências de gerações anteriores que os indivíduos incorporam em suas vidas. A partir desse raciocínio, o autor conclui que a própria História pode ser entendida como uma forma de conhecimento construído por experiências alheias. Em relação à expectativa, Koselleck que ela também está ligada à pessoa e ao interpessoal e que se realiza no hoje. A expectativa pode ser vista como um futuro presente, voltado para o que ainda não aconteceu ou ao que pode ser apenas previsto.

Koselleck salientou que apesar desses conceitos se relacionarem, eles não são proporcionalmente complementares, pois apresentam formas bem diferentes. Segundo o autor, passado e futuro jamais coincidem, assim como, uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Para o autor, a experiência realizada torna-se completa na medida em que suas causas são passadas enquanto que a experiência futura, antecipada na forma de expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais. O que Koselleck tentou mostrar é que há diferenças entre a presença do passado e a do futuro. A principal delas encontra-se no fato de que presença do passado é espacial e não pode ser cronologicamente mensurável, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração ativa do passado.

Como horizonte de expectativa, Koselleck compreendeu uma espécie de linha que gera no futuro um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado. As expectativas podem ser revistas enquanto as experiências realizadas são recolhidas e podem ser repetidas e confirmadas no futuro. O que distingue uma da outra é o fato da experiência ter elaborado acontecimentos passados podendo torná-los presentes. Em suma, experiência e expectativa não são conceitos opostos, mas possuem características distintas cujas tensões resultam no chamamos de tempo histórico.

Essas duas categorias indicam a condição humana universal, ou seja, tanto a experiência quanto a expectativa fornecem os subsídios necessários para lidarmos com o tempo histórico, pois ambas entrelaçam passado e futuro. Esses conceitos permitem que a História avance e que o nosso conhecimento histórico decifre a execução concreta da mesma. Pode-se dizer que experiência e expectativa remetem a temporalidade do homem, e meta-historicamente a própria temporalidade da história. O tempo histórico é entendido a partir da relação dinâmica entre experiência e expectativa. Para Koselleck a História (Geschichte), se tornou disponível ao homem quando do ponto de vista histórico-lingüístico as várias histórias (Historie), se transformaram em uma única História (Geschichte), o que indicaria um novo espaço de experiência e um novo horizonte de expectativa. Ele afirmou que o tempo histórico embora esteja ligado ao tempo natural, não coincide com o mesmo, pois está muito mais atrelado ao âmbito político e social. Esse tempo seria, portanto, fruto das experiências e expectativas de homens e instituições cujas ações engendram não um tempo único e universal como o proporcionado pela cronologia, mas diversos ritmos temporais que lhes são próprios. Em suma, o tempo histórico seria então, resultado da tensão entre experiências e expectativas; tensão essa que pode ser analisada através da relação histórica entre passado e futuro.

O tempo histórico trabalhado por Reinhart Koselleck (2006) é fundamental para compreender as concepções de presente, passado e futuro nas perspectivas de Rodó e Kehl, pois, em suas narrativas o passado, bem ou mal, constitui as bases (ou experiências) nas quais seus projetos de devir (ou horizontes de expectativa) são configurados. Para eles o presente deve ser superado e o futuro será marcado pela regeneração e pelo progresso. Seus horizontes de expectativas estão baseados em uma confiança no futuro, que abrirá as portas para a condição de progresso da nação.

Em Rodó no que se refere ao passado, tem-se o predomínio do caráter de preservação dos valores da Antiguidade. Desse passado, ou espaço de experiência são selecionados alguns valores que passam a fazer parte do horizonte de expectativa, ou seja, das projeções futuras constituídas a partir da insatisfação com o presente que deve ser superado em decorrência do espírito utilitário que impede a plenitude do espírito. O tempo histórico rodoniano deve ser entendido a partir da necessidade dos indivíduos em controlá-lo. Ele consolida nos homens a necessidade de renovação, de adaptação às condições que não foram mostradas pela experiência, ou seja, o tempo é a condição máxima para que os seres humanos consigam lidar

com seu espaço de experiência e adaptarem-se aos mais inimagináveis horizontes de expectativa.

Em Kehl, também é perceptível a definição de civilidade a partir da ruptura com o passado colonial assim como uma perspectiva de projeto de uma nação progressista moderna. Dentro desta perspectiva de futuro, há um prognóstico racional, a ideia de futuro como um campo de possibilidades, assim, as ideias políticas eugenistas buscavam defender e mover a expectativa de futuro. Em suma, é a partir da relação ou tensão entre experiências e expectativas que os discursos de Kehl e de Rodó podem ser investigados.

Para Koselleck a concepção progresso na modernidade determinou o aumento da diferença entre a experiência e a expectativa. Segundo o autor, esse conceito foi criado no século XVIII, em um momento onde se procurou reunir um grande volume de novas experiências dos três séculos anteriores. Esse progresso visto como único e universal fundamentava-se em inúmeras experiências novas individuais de progressos setoriais que interferiam cada vez mais na vida das pessoas. Esse progresso aglutinava experiências e expectativas afetadas pelo tempo. “Um novo grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam os outros ou ultrapassá-los” (KOSELLECK, 2008, p.317). Por essa via o Imperialismo se justificava, tendo em vista que aqueles povos possuíam um grau superior de civilização julgavam-se no direito de dirigir menos desenvolvidos. Enfim, compreende-se que essa concepção de progresso estava direcionada para uma transformação ativa do mundo e não mais do além, tal como anteriormente propunha a expectativa cristã de futuro. O rompimento com esta ocorreu na medida em que as expectativas para o futuro acabaram se desvinculando do que as antigas experiências podiam oferecer. De outro lado, até mesmo as experiências novas proporcionadas pela colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, também já não eram mais suficientes para formar as bases para as novas expectativas para o futuro. Como resultado, o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa, seus limites se separaram. Ou seja, a experiência do passado e a expectativa do futuro distanciaram-se de forma progressiva, sendo o progresso, o primeiro conceito genuinamente histórico que concebeu, em um conceito único a diferença temporal entre ambas.

A preocupação com o progresso da nação e da civilização é uma constante no discurso de Kehl e de Rodó. Para este último, trabalhar pelo progresso, pelo benefício do futuro, seria uma forma de realçar nossa dignidade humana e, por conseguinte, de triunfar diante das limitações de nossa natureza. O horizonte de expectativa seria para Rodó a superação da experiência presente ou dos rumos que esta oferece para a América Latina e a retomada de alguns valores do espírito inspirados na Grécia Antiga, em suma, o futuro é um projeto novo que busca superar o presente e que ao mesmo tempo liga-se a um passado ainda mais distante. Pode-se observar esse jogo entre presente-passado e futuro nas palavras de Rodó:

De la veneración piadosa del pasado, del culto de la tradición por una parte, y por la otra del atrevido impulso hacia lo venidero, se compone la noble fuerza que, levantando el espíritu colectivo sobre las limitaciones del presente, comunica a las agitaciones y los sentimientos sociales un sentido ideal. [...] (RODÓ, [1900], 1957, p.241).

Para Rodó, América Latina do futuro será marcada pela regeneração, como se o presente sombrio fosse iluminado, ela se tornará aberta para “as coisas do espírito”. Rodó convoca as multidões à ação para concretizar esse projeto, enfatizando que não seremos seus fundadores, mas, talvez os precursores dessa América regenerada e por isso, no futuro também serão glorificados. Para Kehl e seus colegas eugenistas a perspectiva de progresso também envolve a superação do presente e a concretização no futuro do seu projeto de brasileiro ideal. Para ele não era suficiente a modificação no ambiente. A educação poderia engrandecer algumas qualidades e também restringir outras, pois oferecia uma espécie de verniz para disfarçar as características morais ruins. O processo educativo para Kehl apresentava-se como alavanca do progresso social e deveria ser desenvolvido em conjunto com o progresso biológico por meio da eugenia. Kehl evidenciou como exemplo os Estados Unidos e seu alto nível de violência, o que contrasta com a postura firme e comprometida do governo no tratamento das campanhas contra ao analfabetismo no país. Para ele isso ocorria devido ao forte fluxo migratório que o país apresentava em sua constituição. Sobre sua perspectiva de Brasil o autor declarou em sua conferência:

Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimistas, - otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, no congregar sob a bandeira de um ideal em comum, para torna-la

cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, - regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza, - dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto de terra. (KEHL, 1929, p. 58).

As concepções de John Pocock (2003) também fornecem subsídios essenciais para considerar o contexto de referência no discurso dos intelectuais, ou seja, a tradição intelectual que os antecedeu. Para Pocock o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente construídas (atos de fala). Os discursos disponíveis fornecem as intenções que o autor pode ter, pois são seus meios de concretizá-las. A linguagem empregada pelo autor não é exclusivamente sua, ela já está em uso e é utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Por isso, pode-se dizer que o autor é tanto um expropriador da linguagem de outros quanto um inovador que pode modificar a forma como a linguagem é utilizada. Tendo isso em mente, torna-se possível realizar uma análise da obra de um autor a partir de um contexto comum de reflexão que envolve tanto a tradição secular que o antecedeu, como seus próprios contemporâneos. A isso soma-se o caráter de continuidade e de transformação da linguagem. Quer dizer, apesar das linguagens sofrerem modificações em determinados contextos, elas sobrevivem e “impõem sobre os atores dos contextos subsequentes as restrições para as quais a inovação e a modificação serão as necessárias, porém imprevisíveis, respostas” (POCOCK, 2003, p.30).

Quanto à interpretação do historiador em relação à “linguagem” ou ao modo de enunciação disponível e aos propósitos dos autores, Pocock afirmou que o historiador deve procurar ir além de seu olhar interpretativo e apoiar-se no maior número possível de relações que possam mostrar a efetivação dos atos elencados por ele.

Quanto mais ele puder provar (a) que diversos autores empregaram o mesmo idioma e nele efetuaram enunciações diversas e até mesmo contrárias, (b) que o idioma é recorrente em textos e contextos além daqueles que foi detectado pela primeira vez e, (c) que os autores expressaram em palavras sua consciência de que estavam empregando tal idioma e

desenvolveram linguagens críticas e de segunda ordem para comentar ou regular o emprego desse idioma – tanto mais a confiança desse historiador em seu próprio método aumentara. (POCOCK, 2003, p.33).

Para Pocock, quando um historiador escreve um texto sobre a linguagem de outros autores, ele apoia-se no que Pocock chamou de “paralinguagem ou metalinguagem”, criada para apresentar a história de um discurso como uma espécie de diálogo entre suas insinuações e potencialidades. O historiador avança em suas investigações a partir das explicações da linguagem que ele conseguiu ler, culminando em duas direções: nos “contextos em que a linguagem foi enunciada e na dos atos de fala e de enunciação efetuados no e sobre o contexto oferecido pela própria linguagem e outros contextos em que a palavra se situa” (POCOCK, 2003, p.35). Dessa forma, pode dizer a linguagem pode ser vista como a chave do historiador para interpretar o ato de fala e também o contexto.

Considerando que interpretar o discurso de Rodó e Kehl não significa apenas ler seus textos e transcrever a suposta opinião do autor, como outra possibilidade de investigação, é possível realizar alguns apontamentos teóricos sobre linguagem, discurso, texto e significado. Sendo assim, levando em conta a necessidade de se ter em mente alguns fundamentos teóricos, discussões e conceitos pertinentes à História das Ideias, é que propõem-se a utilização de algumas concepções mais pontuais de Eni P. Orlandi, especialista em Análise de Discurso, deixando-se de lado os métodos e procedimentos dessa área. Essa limitação decorre da distância existente entre a proposta da Análise de Discurso e a Hermenêutica, visto que a primeira busca compreender como os objetos simbólicos (que são textos, ações, falas) produzem sentidos, ou seja, sua ênfase está no “como” enquanto a segunda, realça o “o quê”, mais precisamente os processos de compreensão e interpretação dessas formas simbólicas.

Analisar o discurso desses intelectuais é uma forma de buscar compreender os sentidos atribuídos por eles à realidade e o que delimita esse sentido é a ideia de interpretação e compreensão. Ao refletir sobre o seu discurso é preciso lembrar que a leitura do mesmo faz parte de um processo de instauração de sentidos. Também é imprescindível notar que os sujeitos e os sentidos são determinados historicamente e que nossa vida intelectual está ligada aos efeitos da leitura de cada época e aos acontecimentos sociais. Orlandi (1996) debateu sobre a legibilidade do texto e defendeu que esta questão não poderia ser concebida como

algo direto e automático, mas antes de tudo depende da natureza da relação que alguém estabelece com o texto. Para a autora, a leitura depende da natureza, das condições, dos sentidos produzidos, enfim, da historicidade. Ela salientou que há dois tipos de leitores inscritos no texto: um leitor virtual construído no ato da escrita que é aquele que o autor imagina para seu texto e para quem ele se dirige e um leitor real, aquele que lê o texto, que ao realizar esse ato se encontra com o primeiro. Dessa forma para realizar a leitura (no sentido de interpretar e compreender) de *Ariel* é necessário considerar o jogo entre o leitor imaginário de Rodó e o leitor real de *Ariel*, ou seja, da juventude latino-americana do século XIX, conosco, leitores do século XXI. Desse modo, Orlandi nos fez perceber que é fundamental tanto a historicidade do texto como também da própria ação da leitura. Para a autora, os sujeitos e sentidos são constituídos simultaneamente tornando-se parte de um mesmo processo, o da significação.

Mas afinal o que é discurso? Para Orlandi (2009) o discurso é a palavra em movimento ou a prática da linguagem. Sua noção de discurso envolve a superação do esquema elementar da comunicação constituído de emissor, receptor, referente e mensagem. Ela chamou a atenção para o fato de o discurso não é mera transmissão de informação, pois essa função é suprimida na medida em que no funcionamento da linguagem, (“espaço” de relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História), há um complexo processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Dessa forma, entende-se que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Todos esses elementos compõem a definição de discurso enquanto efeito de sentidos entre locutores. Orlandi (2009) também ressaltou que o discurso não deve ser confundido com “fala” de modo a suplantam a dicotomia língua-fala anteriormente proposta por Saussure. Para a autora,

Não se trata de opô-lo à língua entendida como um sistema onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis, etc. (ORLANDI, 2009, p.22).

Partindo dessas concepções, pode-se concluir que o discurso possui uma regularidade própria que pode ser apreendida quando forem superadas as oposições entre o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo e o produto. Na análise

de discurso, este é considerado como influenciado por condicionantes linguísticos e determinações históricas enquanto a língua é vista como um sistema aberto que também apresenta falhas e equívocos. Por isso diz-se então que a língua é a condição de possibilidade do discurso, porém a linha que separa ambos nem sempre se revela de forma estável.

A linguagem é outro elemento que muitas vezes é tratado aquém de suas contribuições teóricas. Orlandi (1996) concebeu a linguagem como trabalho e a palavra como um ato social repleto de conflitos, relações de poder e identidades. Dessa forma supera-se a imagem da linguagem como mero suporte de pensamento ou simples instrumento de comunicação. Essa concepção abrange tanto o psíquico e/ou social como a ideologia. Seguindo esse pensamento, os interlocutores, o contexto histórico-social ou ideológico (que nada mais são do que as condições de produção) superam o “status” de complemento. O falante e o ouvinte ocupam um lugar na sociedade e por isso fazem do processo de significação. Levando esse fato em consideração, nota-se que há uma relação entre a linguagem e a exterioridade que se apresenta de forma constitutiva.

Orlandi (1996) enfatizou que as formações discursivas compõem as concepções ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito de acordo com sua posição em determinado contexto. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma forma discursiva para outra, pois a sua relação com a formação ideológica é modificada. O sujeito apropria-se da linguagem de forma social porque quando a produz, apropria-se de sentidos pré-existentes, ele seleciona o que a língua oferece dentro de um contexto social. Sendo assim o dizer não é apenas domínio do locutor, pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres, ou seja, o dizer tem sua própria História, que muitas vezes é desconsiderada pelo sujeito, culminando na ilusão de que o discurso apresenta-se como reflexo objetivo da realidade. Pocock (2003) também chamou a atenção para esse fato ao defender que a linguagem empregada pelo autor não é exclusivamente sua, ela já está em uso e é utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Nesse sentido o autor é tanto um expropriador da linguagem de outros quanto um inovador que pode modificar a forma como a linguagem é utilizada.

Em relação à leitura do texto é preciso considerar o dito e o implícito, pois os silêncios também significam algo. As relações de sentidos estabelecidas entre os dizeres de um texto com os demais constituem o que Orlandi denominou de intertextualidade e LaCapra de corpus

do escritor. Orlandi (1996, 2009) esclareceu ainda que a atribuição de sentidos de um texto varia de uma leitura parafrástica, que reproduz o suposto sentido dado pelo autor e uma leitura polissêmica que atribui múltiplos sentidos ao texto. Em suma, é necessário considerar a relação dos sentidos com suas condições de produção². Como resultado tem-se a multiplicidade dos sentidos devido à relação do discurso com a exterioridade que propicia também a sedimentação histórica dos sentidos, sua legitimidade em termos institucionais e seu uso regulado.

Em se tratando dos recortes, Orlandi (1996) determinou que o texto deve ser compreendido como uma unidade da análise de discurso, ultrapassando a noção de informação e de segmento. Para a autora, os recortes devem ser analisados como uma relação das partes com o todo produzindo as unidades discursivas. Todavia, é preciso considerar que sendo a linguagem relacionada com a exterioridade, à ideia de unidade (de todo) não é sinônimo de completude. A linguagem caracteriza-se pela incompletude, por seus sentidos múltiplos, por suas condições de espaço e tempo simbólicos. Orlandi (1996) em seu modelo de análise de discurso propôs conceitos interessantes, como o de processo e produto, contexto histórico-social, interação, trabalho, formação discursiva, formação ideológica. Levando-se em consideração esses pontos, pode-se então concluir que toda leitura tem sua História e que há diversas formas de variação no processo de significação dos textos e de sua compreensão: para um mesmo texto, “leituras possíveis em certas épocas não o foram em outra, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro” (ORLANDI, 1996 p.41.), lembrando-se igualmente que o caráter social também pode oferecer diversos modos de leitura.

Embora existam essas variações, a autora defendeu que há leituras previstas para um texto, não de forma absoluta, visto a possibilidade de novas leituras. Entre os elementos que determinam a previsibilidade da leitura pode-se destacar a historicidade dos sentidos, isso significa que há uma sedimentação de sentidos decorrente das condições de produção da linguagem e da relação de um texto com outros textos (intertextualidade). Essas considerações permitem concluir que texto e discurso não são coisas iguais. O texto é unidade de análise, mas não é unidade de construção do discurso. Essa unidade é o enunciado, mas o

² Essas condições dizem respeito ao contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso.

texto é necessário enquanto conceito medidor para que este enunciado seja apreendido no processo de construção do discurso.

Quanto ao sentido, no entendimento de Orlandi, na análise de discurso ele não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas contidas do processo histórico em que as palavras são produzidas. As palavras, por sua vez podem mudar de sentido dependendo das posições (ou formações ideológicas) de quem as empregam. A formação discursiva pode ser entendida como aquilo que em uma formação ideológica (entendida como a posição da em uma determinada conjuntura sócio-histórica), determina o que pode e deve ser dito. Dessa forma, as palavras constituem um sentido quando relacionadas com as outras da mesma formação discursiva, possibilitando que o sujeito falante se reconheça. Em suma diz-se que a formação discursiva é o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito, seja em relação a ele mesmo ou com os outros, adquirindo sua identidade.

Tendo em perspectiva a proposta de Dominick LaCapra (1983) de que a análise das fontes a partir da hermenêutica, engloba não somente textos escritos, mas também tudo que há no processo interpretativo (formas verbais e não verbais de comunicação, assim como aspectos que afetam a comunicação, como proposições, pressupostos, o significado e a filosofia da linguagem, e a semiótica) é possível pensar a história enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano. A escrita do historiador enquanto articulação entre o lugar social e a prática de pesquisa, permite a construção de um discurso que não se dissolve na literatura, mas que favorece estudos históricos. Disso decorre o estreitamento das relações entre historiografia, filosofia da linguagem e teoria literária. Em suas pesquisas, LaCapra acabou por deslocar a relação hierárquica dicotômica entre texto e contexto para um entendimento inter-relacional entre ambos. Para o autor, a textualidade implica as estruturas ditas “reais” e todos os referenciais possíveis. Tais relações de texto e contexto se dão num complexo processo de interação, suplementando-se. Para tratar da interpretação dos textos históricos, que fornecem os meios para investigar as causas e efeitos das ideias LaCapra estabeleceu seis níveis: 1) Relação entre as intenções do autor e o texto; 2) Relação da vida do autor e o texto; 3) Relação da sociedade com os textos; 4) Relação da cultura com os textos; 5) Relação de um texto com o corpus de um escritor; 6) Relação entre modos de discurso e textos. A partir de LaCapra há uma reinserção da retórica no trabalho historiográfico. Vale

ressaltar que em um determinado trabalho, não é necessário utilizar todos os seis níveis, mas somente aqueles que mais adequadamente podem servir para investigar o objeto em questão.

A questão do contexto que até hoje suscita inúmeras polêmicas e controvérsias na História das Ideias é resolvida por LaCapra na medida em que ele defendeu que a noção de contexto propiciada por outros textos é em si mesma de natureza textual. Ela levantou o problema da relação entre um texto e os textos de outros escritores, assim como outros textos do mesmo escritor. Pois o que está em discussão aqui é precisamente a unidade ou identidade de um corpus. Este pode ser considerado por três maneiras: continuidade entre textos (desenvolvimento linear), descontinuidade entre textos (troca ou ruptura epistemológica entre etapa ou períodos) e síntese dialética (a última etapa eleva a primeira a um nível mais elevado de captação) O corpus, se unifica de uma ou outra maneira (unidade evolutiva, duas unidades, unidade superior) por isso é comum contemplar somente os textos de maior escala, já que o texto único pode ser interpretado mediante o uso dessas categorias. Dessa forma, pode-se, por exemplo, investigar o pensamento de Rodó a partir do confronto de Ariel (1900) com outras obras rodonianas e também interpretar os escritos de Kehl comparando com outras publicações do autor ou mesmo em sua própria correspondência pessoal onde ele dialogou com seus colegas sobre suas concepções.

A proposta dialógica de LaCapra, na qual o texto não é pensado isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares e/ou próximos, permite, por exemplo, analisar o discurso de Kehl e de Rodó levando em consideração os movimentos políticos e a cultura da época sem subordinar suas ideias às categorias sociológicas.

Outra categoria que merece destaque é o aspecto “documentário” e “ser obra” dos textos, descritos por LaCapra (2012). Esses elementos referem-se a aspectos ou componentes do texto que podem se desenvolver em diferentes graus e se relacionar uns com os outros de diversas maneiras. O aspecto documentário situa o texto em termos de dimensões literais que implicam a referência à realidade empírica e transmitem informações sobre ela; enquanto o “ser obra” complementa a realidade empírica com adições e subtrações, implica dimensões do texto não redutíveis ao documentário que incluem a interpretação e a imaginação. Para LaCapra, a obra se situa na história de um modo que lhe oferece dimensões documentárias, da mesma forma, o documento tem aspectos do “ser-obra”. Isso explica-se pelo fato de que tanto o documento quanto a obra são textos que implicam uma interação entre os componentes

documentários e de “ser-obra” que deveria ser examinado em uma historiografia crítica. Em relação a esta, LaCapra advertiu há um predomínio do enfoque documentário da leitura dos textos, por isso os textos complexos, especialmente os literários, são excluídos do registro histórico ou lidos de uma maneira reducionista. O autor ainda discutiu sobre a questão trazida pela história intelectual entre uma espécie de reconstrução do passado e um diálogo ou conversão com o passado. Para ele essa distinção não deveria ser considerada uma mera dicotomia, pois reconstruir o passado é um esforço importante assim como documentos confiáveis são fundamentais para enfoques que possuam a pretensão de serem históricos. Todavia, para LaCapra, o predomínio de uma concepção documentarista distorce nossas maneiras de entender a historiografia e o processo histórico. Dessa pode-se supor que uma concepção puramente documentária da historiografia é em si mesma uma ficção heurística, visto que a descrição nunca consegue ser totalmente pura.

LaCapra afirmou que muitas vezes uma intenção é formulada retrospectivamente, quer dizer, quando um enunciado ou o texto já tenha sido submetido a uma interpretação com a qual o autor não está de acordo. Por isso pode-se dizer que a relação da intenção com o texto é discutível. Ele ainda adverte que a motivação da ideia da intenção autoral constitui o critério último para chegar a uma interpretação válida do texto decorre de suposições morais, legais e científicas excessivamente estreitas. Para ele, crer que as intenções autorais controlam por completo o significado ou o funcionamento dos textos, como por exemplo, seu caráter sério ou irônico, é supor uma posição preponderantemente normativa que não está relacionada com dimensões importantes do uso da linguagem e a resposta do leitor. Como exemplo tem-se as obras ditas clássicas, visto que estas não são dotadas de conclusões definitivas, mas sim de interpretações diversas ao longo da História.

Considerações Finais

Tendo em vista que a História das Ideias não possui um caminho teórico-metodológico fechado e considerando que muitas vezes seus direcionamentos metodológicos são obscuros para alguns, o suporte para os que nela se aventuram consiste em uma gama de autores com propostas diferentes ou às vezes complementares que exigem um constante processo de seleção. Por esses motivos, os trabalhos da História das Ideias geralmente apresentam

inúmeras faces sendo, por exemplo, ora mais próximo da História Cultural ou Política, ora da Filosofia ou da Linguística.

Nesse sentido o presente artigo procurou expor determinadas categorias-chaves como possibilidades teórico-metodológicas que foram utilizados nas interpretações de Renato Kehl e de José Enrique Rodó enquanto objetos de pesquisas sobre as teses eugênicas e sobre o pensamento latino-americano.

Em suma, pode-se dizer que Pocock, Koselleck, Orlandi e LaCapra são apenas alguns dos inúmeros autores que podem oferecer subsídios importantes para quem deseja realizar um trabalho vinculado à História das Ideias. O mais importante é destacar a necessidade de se estar aberto para recorrer a autores e proposições de diferentes áreas que possam oferecer a ferramenta mais adequada para resolver os problemas propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno*. Lisboa: Ed. 70, 1990, Vol 1.

KEHL, Renato. *Lições de Eugenia* (2a ed.). Rio de Janeiro: Canton & Reile. 1935.

_____. *A Eugenia no Brasil* (esboço histórico e bibliográfico). In: Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. 1929.

_____. *A Campanha da Eugenia no Brasil*. Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental. Publicações da Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1931.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maos e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Cap. 5, Cap. 7 e Cap. 14.

LACAPRA, Dominick. *Historia intelectual*. In: PALTÍ, José Elías. "Giro Linguístico" e *história intelectual*". 1ª Ed. reimp. Bernal: República Argentina, Universidade Nacional de Quilmes Editorial, 2012, p. 237-294.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. *Discurso e leitura*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Federal de Campinas, 1996.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

POPOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricouer*. 2ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. In: *Obras completas*. (1900) Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.189-244.